

*"Um elemento essencial de qualquer arte é o risco. Se você não arrisca, como fará algo realmente bonito que ainda não foi visto?"*

*Francis Ford Coppola*

## Sumário

SENADO APROVA REONERAÇÃO DA FOLHA PARA 28 SETORES .....	2
AGRONEGÓCIO DÁ SINAIS DE RETOMADA, MAS O RISCO DE FALTAR ALIMENTOS PERMANECE .....	3
COMBUSTÍVEIS COMEÇAM A VOLTAR AOS POSTOS .....	6
GOVERNADOR DESTACA QUE MINAS GERAIS JÁ TEM POLÍTICA DE REDUÇÃO DO ICMS DO DIESEL.....	6
FORMAÇÃO DE SÓCIOS NÃO É REQUISITO PARA EXCLUIR EMPRESA DO SIMPLES.....	7
CARF RECONHECE QUE DIREITOS AUTORAIS GERAM CRÉDITOS DE PIS E COFINS .....	8
CFC PEDE PRORROGAÇÃO DA ECD À RECEITA FEDERAL .....	9
AGU GARANTE DIVULGAÇÃO DOS SALÁRIOS DE EXECUTIVOS DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO .....	9
TRABALHO APROVA MULTA DE MIL REAIS PARA QUEM EMPREGAR MENOR ILEGALMENTE .....	10
O CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE MINAS GERAIS COMUNICA ALTERAÇÃO NA PAUTA DAS SESSÕES DE JULGAMENTO .....	11
SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DA 2ª SEÇÃO DE JULGAMENTO, PREVISTAS PARA O DIA 8/6, FICAM SUSPENSAS E TODOS PROCESSOS DESSAS SESSÕES FICAM RETIRADOS DE PAUTA.....	11
PUBLICAÇÃO DA VERSÃO 4.0.6 DO PROGRAMA DA ECF .....	12
PUBLICAÇÃO DA VERSÃO 5.0.2 DO PROGRAMA DA ECD .....	12
ENTENDA OS IMPACTOS DA ALTA DO DÓLAR.....	12

## SENADO APROVA REONERAÇÃO DA FOLHA PARA 28 SETORES

*Fonte: Valor Econômico.* O Senado aprovou na noite de ontem o projeto de lei que reonera a folha de pagamento para 28 setores de um total de 58 beneficiados pela política de desoneração instituída no governo Dilma Rousseff. A reoneração é vista pelo Palácio do Planalto como parte da solução encontrada para permitir uma baixa de R\$ 0,46 no litro do diesel, prometida aos caminhoneiros em greve.

A votação, em regime de urgência, ocorreu depois de um acordo entre o presidente Michel Temer e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDBCE).

Para que o texto fosse aprovado sem mudanças em relação ao que veio da Câmara, Temer se comprometeu a vetar a emenda, incluída no texto dos deputados, que zera a cobrança do PIS/Cofins sobre o diesel - o que, segundo o governo, geraria um impacto de R\$ 13,5 bilhões ao Tesouro. Caso os senadores modificassem o projeto, ele teria que retornar à Câmara, atrasando a solução para a crise.

O governo também já sinalizou aos senadores que não pretende manter a desoneração para todos os setores que foram preservados. Quantos e quais setores serão reonerados é algo que ainda está sob análise no Palácio do Planalto.

A ideia inicial da Receita Federal era manter apenas seis setores: transporte coletivo de passageiros rodoviário, ferroviário e metroferroviário; construção civil e de obras de infraestrutura; e empresa jornalística e de radiofusão.

Antes da votação, Eunício disse que seu objetivo ao facilitar a aprovação do projeto era "acalmar o Brasil". Eunício afirmou que a única condição para que o Senado votasse o PLC 52/2018, da desoneração, foi que Temer mantivesse o acordo firmado com os caminhoneiros de baixar o preço do combustível na bomba em R\$ 0,46.

Líder do MDB no Senado, Simone Tebet (MS) manifestou apoio ao projeto, desde que houvesse o veto prometido por Temer. "Precisamos desarmar essa bomba na certeza de que o governo vai vetar [a isenção do PIS/Cofins] e achar uma nova fonte de receita", disse ela.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), reiterou que o presidente Temer vetará a isenção de PIS/Cofins sobre o diesel. Ele disse que a emenda é "toda errada" e "inconstitucional".

E, diante de pronunciamentos de opositores como Lindbergh Farias (PT-RJ), que punham em dúvida a palavra do presidente sobre vetos, lembrou que a emenda foi apresentada pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

"A emenda é inconstitucional. Ela tira dinheiro do PIS/Cofins, não foi colocado impacto [da isenção no Orçamento], não é o melhor caminho para se buscar [uma solução para a crise]", afirmou. "Existem desonerações e outros caminhos que farão com que o prejuízo não seja tão

grande quanto tirar recursos da saúde e da Previdência [uma das aplicações do PIS/Cofins]. O governo vai procurar outros caminhos.

" Segundo Jucá, esses "outros caminhos" que permitirão uma redução no preço do diesel serão explicitados em um decreto presidencial, a ser firmado após a votação no Senado. Ele não soube dizer se o governo baixará, em vez de isentar, a incidência do PIS/Cofins sobre o diesel, como vem sendo cogitado.

Pela proposta aprovada, a política de desoneração da folha instituída pelo governo Dilma, que permite às empresas pagarem as contribuições previdenciárias com base em um percentual do faturamento, será reduzida à metade dos setores hoje beneficiados, de 58 para 28, e acabará a partir de janeiro de 2021. O texto não mexeu nas alíquotas atuais.

Os setores que permanecerão na política de desoneração até 31 de dezembro de 2021 são: empresas de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros (todas na alíquota de 2%), de construção civil e de obras de infraestrutura (ambas na alíquota de 4,5%), jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens (1,5%), tecnologia da informação e comunicação (4,5%), "call center" (3%), projeto de circuitos integrados (4,5%), couro (2,5%), calçado (1,5%), confecção/vestuário (2,5%), Empresas Estratégicas de Defesa (EED) (2,5%), fabricante de ônibus e de carroceria de ônibus (1,5% para ônibus e de 2,5% para carroceria), máquinas e equipamentos industriais (2,5%), móveis (2,5%), transporte rodoviário de cargas (1,5%), indústria ferroviária (2,5%), fabricantes de equipamentos médicos e odontológicos (2,5%), fabricantes de compressores (2,5%), transporte aéreo de carga e de passageiros regular (1,5%), serviços auxiliares ao transporte aéreo de carga e de passageiros regular (1,5%), proteína animal (1%), têxtil (2,5%), empresas editoriais (1,5%), de manutenção de aeronaves (2,5%), de construção e reparação naval (2,5%) e comércio varejista de calçados e artigos de viagem, enquadrado na Classe CNAE 4782-2 (2,5%).

## **AGRONEGÓCIO DÁ SINAIS DE RETOMADA, MAS O RISCO DE FALTAR ALIMENTOS PERMANECE**

*Fonte: Valor Econômico.* Apesar do desbloqueio de algumas estradas e da gradual retomada da distribuição de combustíveis, que permitiram um tímido reaquecimento das atividades em alguns segmentos, o agronegócio ainda sofre com a greve dos caminhoneiros, e o abastecimento de alimentos básicos segue comprometido. As áreas mais prejudicadas são as de carnes de frango e suína, lácteos e hortifrútiis, mas todas as cadeias produtivas ontem calculavam perdas e informavam que a recuperação não se dará de uma hora para outra. E a mais nova ameaça, se a situação não se normalizar rapidamente, é faltar arroz e feijão no prato dos brasileiros.

Nos três segmentos nos quais a situação é mais crítica, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estimou que os prejuízos alcançaram R\$ 6,6 bilhões até segunda-feira, o oitavo dia de greves. É difícil diferenciar prejuízo de vendas adiadas, mas o fato é que o cenário ontem permanecia crítico e o escoamento de produtos no mercado doméstico ou em direção aos portos caminhava a passos de tartaruga.

Conforme empacotadoras de arroz e feijão, não havia mais matéria-prima à disposição para beneficiamento e a oferta interna já estava limitada aos estoques do varejo. Mesmo que a paralisação dos caminhoneiros acabe de vez nesta quarta-feira, são necessários ao menos 12 dias para tratar e beneficiar os grãos, como lembrou Lázaro Moreto, CEO da Broto Legal. Segundo ele, no nono dia de greve cerca de 300 carretas com arroz e feijão entregues por produtores ficaram paradas nas estradas do país e não conseguiram chegar às unidades de produção da empresa. Outros 50 caminhões com 6 mil toneladas de arroz e 1,5 mil toneladas de feijão já ensacados saíram na segunda-feira passada (dia 21) e não chegaram aos centros de distribuição e aos varejistas. As vendas da companhia caíram quase 50% neste mês. Também houve mais notícias de falta de carne bovina em açougues e supermercados do país. Na área, os abates diminuíram consideravelmente nos últimos dias, e a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) calculou que o segmento deixou de movimentar R\$ 4,5 bilhões desde a semana passada, incluindo vendas no país e exportações.

A despeito dos problemas, a situação dos frigoríficos de carne bovina é menos grave que a das indústrias de carnes de frango e suína. O boi pode esperar mais tempo no pasto. Aves e suínos, porém, dependem da ração. Além disso, as atividades dos frigoríficos de carne bovina não foram paralisadas totalmente, disse uma fonte, já que o transporte de cargas foi mantido em algumas regiões desde o início das manifestações, embora em ritmo mais lento.

De acordo com a Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco), por causa da crise a oferta doméstica de carne de frango ficará comprometida em julho. A entidade informou que cerca de 25 milhões de ovos são incubados por mês para que sejam produzidos 1 milhão de toneladas de carne de frango. A interrupção do fluxo nas rodovias, porém, impediu a chegada da maior parte dos ovos férteis.

"A oferta de carne de frango cairá drasticamente", alertou a Apinco. Na avaliação do vice-presidente de mercados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, o preço da carne de frango poderá aumentar de 30% a 45% no país devido à redução da oferta. Mais de 70 milhões de aves já morreram.

Nessa frente, porém, também houve um alento: a catarinense Aurora, primeira agroindústria de carnes a paralisar totalmente seus frigoríficos por causa da greve, informou que retomará gradualmente suas operações - a central de cooperativas é o terceiro maior "player" de carnes de frango e suína do país.



Embora algumas estradas tenham sido desbloqueadas em Estados produtores de leite, as dificuldades dos laticínios para captar a matéria-prima persistiam, segundo Laércio Barbosa, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Lácteos Longa Vida (ABLV). Ele estimou que deverá demorar de 30 a 60 dias para que a cadeia produtiva de lácteos volte ao normal. Além da falta de insumos para a indústria, a própria oferta de leite será afetada, uma vez que a produção de leite "tende a cair um pouco", segundo Valter Galan, analista da MilkPoint. Isso porque os produtores tiveram que reduzir a alimentação das vacas.

Maior na captação de leite no Brasil, a Nestlé informou que retomou a coleta de matéria-prima em algumas regiões, entre elas as de Minas Gerais. Apesar disso, afirmou, por meio de nota, que "ainda enfrenta dificuldades" na operação. A empresa teve de paralisar algumas fábricas no país por causa da greve dos caminhoneiros.

Nas grandes centrais de abastecimento de hortifrúteis do país, o cenário permanecia difícil. O entreposto da estatal Ceagesp em São Paulo, o maior do país, voltou a registrar apenas 10% de seu movimento normal e diversos itens continuavam em falta, como alface, mamão, melão e batata. Os preços em geral continuaram subindo.

João Dornellas, presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), disse que a estimativa é de que serão necessárias pelo menos três semanas para normalizar toda a cadeia de abastecimento de alimentos no país.

Segundo a Aprosoja Brasil, entidade que representa produtores do grão, 400 mil toneladas por dia não estavam sendo exportadas até ontem por causa da greve. Em Mato Grosso, caminhoneiros ainda bloqueiam o escoamento em 21 municípios, segundo tradings. Conforme essas empresas, na tarde de ontem nenhuma carreta conseguia sair do Centro-Oeste para os terminais fluviais de transbordo de Miritituba, no Pará, com destino ao exterior.

Apesar do desbloqueio de estradas na região da Cooxupé, no sul de Minas Gerais, a cooperativa também continuava sem conseguir transportar café aos portos para exportação ontem. Segundo Carlos Alberto Paulino, presidente da cooperativa, ainda havia temor por parte dos transportadores de não conseguir chegar até os portos. O dirigente estima que a Cooxupé deixou de embarcar ao exterior entre 100 mil e 150 mil sacas de café nesses dias de greve. Nesta época do ano (entressafra do café), a Cooxupé costuma embarcar cerca de 400 mil sacas mensais.

Para evitar multas por não conseguir realizar os embarques, a Cooxupé comunicou os importadores que o atraso foi provocado por motivo de força maior, possibilidade prevista em contratos de exportação.

## COMBUSTÍVEIS COMEÇAM A VOLTAR AOS POSTOS

*Fonte: Valor Econômico.* Apesar de as lideranças sindicais recomendarem o fim da mobilização nas estradas, grande número de caminhoneiros continuavam paralisados, ontem, no país. As forças de segurança registraram quatro confrontos com manifestantes, com uso de bombas de gás e balas de borracha. O corregedor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Célio Constantino, disse que a PRF reconhecia três bloqueios de rodovias: em Minas Gerais, no Ceará e em Goiás, na Divisa com o Distrito Federal (BR-070). Na Anchieta, em São Bernardo (SP), houve confronto entre polícia e manifestantes não caminhoneiros.

O acesso ao porto de Santos está liberado, mas os motoristas não se aproximam do complexo. Temem ameaças, afirmou o diretor do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS), Carlos Litti Dahmer.

Apesar do balanço preocupante, alguns sinais de melhora surgiram ontem. Postos voltaram a vender combustíveis em cidades como São Paulo, Rio, Curitiba e capitais nordestinas. Em vários Estados, houve escolta de caminhões-tanque para evitar que grupos grevistas pressionassem os motoristas a parar. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, estima que a normalização se dará em um prazo de cinco a sete dias.

O presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Antônio Carlos Pipponzi, disse ao Valor que caminhões próximos a centros de distribuição localizados em grandes rodovias começaram a ser liberados para a entrega de produtos no varejo. No setor de papel e celulose, caminhões carregados com insumos necessários à produção voltaram às estradas, segundo fontes da área. Havia a expectativa de que fábricas pudessem voltar à atividade normal ainda na noite de ontem.

Pessoas que participaram de encontro entre Michel Temer e o governador de São Paulo, Márcio França (PSB), na segunda-feira, disseram que ele explicou ao presidente que os caminhoneiros se queixavam do fato de não entenderem as mensagens de Temer e pediram que as minutas das medidas provisórias do acordo sejam objetivas e claras, para permitir sua compreensão pelos trabalhadores.

## GOVERNADOR DESTACA QUE MINAS GERAIS JÁ TEM POLÍTICA DE REDUÇÃO DO ICMS DO DIESEL

*Fonte: Agência Minas Gerais.* Responsável por parte significativa do consumo do combustível, o transporte coletivo de passageiros terá a alíquota zerada até 2019 no Estado.

O governador Fernando Pimentel afirmou nesta segunda-feira (28/5), durante coletiva à imprensa, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, que Minas Gerais já adota uma política

de redução do ICMS do óleo diesel para o transporte coletivo de passageiros. Desde 2012, segundo o governador, não há aumento da alíquota no Estado, de 15%, a terceira menor do país. A afirmação foi feita no momento em que se discute a tributação dos combustíveis no país.

“De fato existe tributação de ICMS sobre o óleo diesel aqui em Minas Gerais, de 15%, e desde 2012 não houve aumento, pelo contrário, nosso governo reduziu a alíquota para 4%, e agora para 3%, e no ano que vem para 0% do ICMS sobre o óleo diesel do transporte coletivo de passageiros. Então estamos é reduzindo”, afirmou.

Segundo Fernando Pimentel, a recente proposta apresentada pelo governo federal para encerrar a paralisação dos caminhoneiros vai significar a perda de receita estadual. “O que eles chamam de zeramento da CIDE e do PIS/COFINS vai significar uma perda de R\$ 40 milhões por mês na receita estadual, é o que nós deixaremos de receber com essa proposta do governo federal. Para vocês terem uma ideia, esse é o valor que custa o transporte escolar todo mês no Estado inteiro, ou mais ou menos 5 mil quilômetros de manutenção de estradas. Então é um peso grande na receita de Minas Gerais essa concessão que o governo federal está fazendo com o chapéu dos estados para atender às demandas dos caminhoneiros”, pontuou.

Na avaliação do governador, a origem do problema em questão é a atual política de preços adotada pela Petrobras. “É uma política equivocada, que há cerca de um ano faz reajustes diários, o que levou o combustível no Brasil a subir mais de 50% num intervalo de tempo em que a inflação sequer chegou a 3%. Então, é completamente incompatível com o nível econômico do país, com a renda das pessoas. É uma política que tem que ser mudada”, completou.

Ainda de acordo com o governador, Minas Gerais tem buscado alternativas que não sacrifiquem o contribuinte e as finanças públicas. “Nós já estamos no limite, não podemos sacrificar mais o contribuinte mineiro, sacrificar mais as finanças do Estado para resolver um problema que não foi gerado pelos estados, mas pela política equivocada de preços da Petrobras. O Estado vai continuar trabalhando como tem feito para minimizar os efeitos dessa crise, que não surgiu aqui, veio lá de Brasília”, ressaltou.

## **FORMAÇÃO DE SÓCIOS NÃO É REQUISITO PARA EXCLUIR EMPRESA DO SIMPLES**

*Fonte: Consultor Jurídico – CONJUR.* O fato de uma empresa ter como sócios profissionais da área de Engenharia não justifica sua exclusão do Simples, pois o que caracteriza o serviço é o objeto social, e não a formação das pessoas físicas envolvidas. Com esse entendimento, a 7ª

Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região declarou nulo ato administrativo que excluiu uma empresa do Simples Nacional.

A Fazenda Nacional alegava que a autora está impedida de se beneficiar do enquadramento, pois não pode ingressar no Simples a pessoa jurídica que presta serviços profissionais cujo exercício dependa de habilitação profissional exigida por lei.

Em primeiro grau, o juízo já havia entendido que o objeto da sociedade — prestação de serviços de manutenção, afiação e industrialização de ferramentas de corte — não é privativo de engenheiros, profissão cujo exercício exige a habilitação.

O relator, desembargador federal Hercules Fajoses, reconheceu que a norma vigente à época dos fatos (Lei 9.317/96, instituidora do sistema integrado), limitou a definição de microempresa e de empresa de pequeno porte. Segundo o relator, porém, as atividades desenvolvidas à pessoa jurídica, autora da ação, não se inserem dentre as privativas de engenheiros. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-1.*

Processo 0003389-98.2005.4.01.3800/MG

## **CARF RECONHECE QUE DIREITOS AUTORAIS GERAM CRÉDITOS DE PIS E COFINS**

*Fonte: Consultor Jurídico – CONJUR.* As empresas do ramo de mercado fonográfico têm direito de apurar créditos de PIS e Cofins, no regime da não-cumulatividade, sobre as despesas com direitos autorais. A decisão é do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que reconheceu o direito autoral como insumo para essas empresas.

“Pela peculiaridade da atividade econômica que exerce, são imprescindíveis à indústria fonográfica a aquisição de direitos autorais para a produção de suas obras, razão pela qual devem ser reconhecidos como insumos”, diz o acórdão, publicado no dia 23 de maio.

O caso julgado envolve uma disputa entre a Fazenda Nacional e a empresa Sonopress-Rimo. No recurso à Câmara Superior do Carf, a Fazenda contestou decisão que havia reconhecido o direito da empresa de apurar os créditos. Segundo a Fazenda, houve erro no conceito de insumos adotado.

A relatora, conselheira Vanessa Marini Cecconello, manteve a decisão contestada com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que, para fins de crédito de PIS e Cofins, as empresas podem considerar insumo tudo o que for essencial para o “exercício da sua atividade econômica”.

Ela explicou que o conceito de insumo deve ser interpretado pelo critério da essencialidade, pois ele “traduz uma posição ‘intermediária’, na qual, para definir insumos, busca-se a relação



existente entre o bem ou serviço, utilizado como insumo e a atividade realizada pelo contribuinte”.

Para o tributarista Fábio Calcini, do Brasil Salomão e Matthes Advocacia, a decisão é relevante pois confirma o critério jurídico definido pelo STJ, de que é preciso avaliar a essencialidade daquele bem ou serviço na atividade da empresa. Outro ponto importante, afirma o advogado, é que a definição de que determinado bem ou serviço é insumo depende do caso concreto.

“Não há dúvida de que, no caso do mercado fonográfico, como também das editoras, os direitos autorais são essenciais para que se constitua o produto final que vai levar ao auferimento da receita, que é a base de incidência do PIS e Cofins”, complementa.

Clique [aqui](#) para ler o acórdão.

## CFC PEDE PRORROGAÇÃO DA ECD À RECEITA FEDERAL

*Fonte: Conselho Federal de Contabilidade – CFC.* O presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Zulmir Ivânio Breda, encaminhou, na tarde desta segunda-feira (28), um ofício ao secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Antônio Deher Rachid, solicitando a prorrogação do prazo de entrega da Escrituração Contábil Digital (ECD) do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), previsto para terminar no próximo dia 30 de maio (quarta-feira).

De acordo com o documento, os efeitos da greve dos caminhoneiros estão acarretando problemas em todo o País e, por consequência, nas empresas, pois várias delas operam com capacidade reduzida, devido à dificuldade de locomoção de seus funcionários. A situação também atinge o deslocamento dos profissionais da contabilidade aos seus locais de trabalho, o que impacta no cumprimento dos prazos das obrigações acessórias.

Ao pleitear uma sensibilização por parte da Receita Federal do Brasil para o adiamento do prazo para a entrega da ECD, o presidente Zulmir Breda entende que, não obstante as providências adotadas pelo Poder Público para reduzir os impactos das manifestações, os profissionais da contabilidade e os seus clientes não podem ser prejudicados por uma situação que foge totalmente ao seu controle.

## AGU GARANTE DIVULGAÇÃO DOS SALÁRIOS DE EXECUTIVOS DE EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

*Fonte: Advocacia Geral da União.* A Advocacia-Geral da União (AGU) assegurou a divulgação dos salários de executivos de companhias nacionais de capital aberto. A exigência prevista em norma da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi reestabelecida depois da derrubada de liminar que impedia a publicação dos valores.

Segundo o artigo 24 da Instrução CVM 480, as empresas devem divulgar a remuneração média, bem como a menor e a maior, dos integrantes de conselhos de administração, diretorias estatutárias e conselhos fiscais. A informação deve incluir os três últimos exercícios sociais.

A liminar havia sido obtida pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef). A entidade alegava, entre outros pontos, que a norma colocava em risco a segurança dos profissionais.

A AGU pediu a derrubada da liminar por meio da Procuradoria Federal Especializada junto à CVM. Os procuradores federais ponderaram que os direitos à intimidade e privacidade não têm caráter absoluto, podendo ceder quando há interesse público, como era o caso.

### Transparência

A Advocacia-Geral observou que o exercício de qualquer atividade empresarial na forma de capital aberto obriga as companhias a observarem regulamentações focadas na transparência, na governança e no fornecimento de informações para os investidores.

Os procuradores federais ressaltaram, ainda, que a preocupação com a segurança aflige a população brasileira de forma geral e que a divulgação da remuneração de uma outra categoria, a dos servidores públicos, comprovou que não houve acréscimo do risco associado à violência para essa parcela da população.

Por unanimidade, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) concordou com os argumentos da AGU e revogou a liminar que havia sido concedida em primeira instância. A corte assinalou que a regra editada pela CVM foi precedida de amplo debate público e incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro práticas que já são adotadas internacionalmente.

A PFE/CVM é unidade da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

## TRABALHO APROVA MULTA DE MIL REAIS PARA QUEM EMPREGAR MENOR ILEGALMENTE

*Fonte: Agência Câmara Notícias.* A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou proposta que estabelece multa de R\$ 1 mil para a empresa onde houver menores empregados ilegalmente. Atualmente, a multa é de um salário mínimo (R\$ 954,00).

Conforme o projeto, o valor será atualizado anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A multa dobra em caso de reincidência.

O texto mantém o limite de cinco salários mínimos para a multa, equivalentes hoje a R\$ 4.770. Esse limite está previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-lei 5.452/43).

A proposta aprovada é um substitutivo do deputado Lucas Vergílio (SD-GO) aos projetos de lei 2961/15 (que retirava o limite) e 3536/15 (que estabelece multa de R\$ 1 mil).

Para Vergílio, o PL 2961/15 é inconstitucional por prever vinculação de multa ao salário mínimo. E o apensado (3536/15) erra ao prever a atualização monetária em outra lei e não na própria CLT.

“Tais ponderações recomendam a apresentação de um substitutivo que possibilite realizar os necessários aprimoramentos, sem tirar o brilho próprio das propostas”, afirmou Vergílio.

A empresa que fizer anotação não prevista em lei na carteira de trabalho também fica sujeita a multa de mesmo valor.

#### **Tramitação**

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

### **O CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE MINAS GERAIS COMUNICA ALTERAÇÃO NA PAUTA DAS SESSÕES DE JULGAMENTO**

*Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda – Governo de Minas Gerais.* O Presidente do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decretação de ponto facultativo nas Repartições Públicas do Estado de Minas Gerais nos dias 25, 28, 29 e 30 de maio de 2018, torna sem efeito as pautas publicadas em relação às sessões de julgamento dos dias 29 e 30 de maio e também dos dias 05, 06 e 07 de junho de 2018. Os processos objeto das referidas pautas serão devolvidos à Divisão de Atendimento e Preparo de Julgamento – DAJU, para novo pautamento.

Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior

Presidente do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais

### **SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DA 2ª SEÇÃO DE JULGAMENTO, PREVISTAS PARA O DIA 8/6, FICAM SUSPENSAS E TODOS PROCESSOS DESSAS SESSÕES FICAM RETIRADOS DE PAUTA**

*Fonte: Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.* O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) comunica que, em razão da paralisação das atividades dos integrantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, integrantes deste órgão na condição de Conselheiros representantes da Fazenda Nacional, as sessões extraordinárias abaixo especificadas, previstas para o dia 8/6, ficam suspensas e todos processos dessas sessões ficam retirados de pauta.

## 2ª Seção de Julgamento

2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara;

1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara;

2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara.

As sessões ordinárias de todas as turmas ordinárias da 2ª Seção, agendadas para 05 a 07 de junho, terão funcionamento normal.

## PUBLICAÇÃO DA VERSÃO 4.0.6 DO PROGRAMA DA ECF

*Fonte: Receita Federal do Brasil – RFB.* Foi publicada a versão 4.0.6 do programa da ECF com as seguintes modificações:

- 1) Ajuste de segurança no BD.
- 2) Regras de validação de saldo nos registros de Balanço.
- 3) Ajuste nos cálculos do registro W200.

Para ter acesso à nova versão, [clique aqui](#).

## PUBLICAÇÃO DA VERSÃO 5.0.2 DO PROGRAMA DA ECD

*Fonte: Receita Federal do Brasil – RFB.* Foi publicada a versão 5.0.2 do programa da ECD com as seguintes modificações:

- 1) Alteração de texto do cabeçalho da DRE
- 2) Correção de erro na geração de registro de abertura e encerramento do bloco k
- 3) Ajustes de regras de pendência do bloco K

Para ter acesso à nova versão, [clique aqui](#).

## ENTENDA OS IMPACTOS DA ALTA DO DÓLAR

*Fonte: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais – Fecomércio MG.* O cenário ainda está distante daquele registrado em setembro de 2015, quando o dólar atingiu R\$ 4,24, a maior cotação desde a criação do Plano Real, em 1994. No entanto, as consecutivas altas da moeda norte-americana neste ano devem encarecer produtos básicos. Em contrapartida, a desvalorização do câmbio tende a beneficiar o comércio exterior, melhorando o saldo da balança comercial.

O dólar começou o ano cotado em R\$ 3,31, mas, já na segunda metade de maio, a moeda chegou a R\$ 3,74. Com a desvalorização cambial, muitos insumos importados ficaram mais



caros, refletindo diretamente no preço de produtos nas prateleiras, como é o caso dos fertilizantes, insumos para remédios e a farinha de trigo. Só em abril, o preço desta matéria-prima, majoritariamente importada da Argentina, subiu 4,86%, conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Cotadas em dólar no mercado externo, matérias-primas (commodities) como a soja, o milho e o café também ficam mais caras internamente. “O câmbio desvalorizado desperta no empresário o interesse em exportar tais commodities. Para não desabastecer o mercado nacional, ele eleva os preços ao consumidor do país para compensar a diferença entre as vendas externas e internas”, explica o economista da Fecomércio MG, Guilherme Almeida.

Setores beneficiados

Por isso, setores tradicionalmente voltados à exportação, como o agrícola, a indústria mineral e o hoteleiro ganham com a alta do dólar. Com a moeda norte-americana mais valorizada em relação ao real, os turistas brasileiros tendem a trocar os destinos internacionais, mais caros, por alternativas nacionais. As viagens ao país também se tornam mais baratas aos estrangeiros. Caso esse cenário de dólar valorizado se confirme por mais tempo, é possível que o saldo da balança comercial brasileira supere a expectativa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) para 2018: US\$ 50 bilhões.

Fatores determinantes

Para Almeida, é difícil prever por quanto tempo o dólar manterá o ritmo de valorização frente ao real. “Vários fatores influenciam a formação cambial, como as incertezas econômica e política, que diminuem o ritmo de investimentos e do consumo; o risco-país, decisivo para que o investidor escolha onde irá aplicar seu dinheiro; e a política internacional, sobretudo a perspectiva de aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, local mais seguro de se investir”, enumera.

A alta do dólar, no entanto, não deve ser tão sentida como em outros períodos, pois o indicador oficial da inflação no país se mantém em taxas moderadas. Em maio, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu 2,76% no acumulado em 12 meses, percentual abaixo do piso de meta traçada pelo Banco Central, de 3% para 2018.

O boletim jurídico da BornHallmann Auditores Associados é enviado gratuitamente para clientes e usuários cadastrados. Para cancelar o recebimento, favor remeter e-mail informando “CANCELAMENTO” no campo assunto para: <noticiasfiscais@bhauditores.com.br>.